

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ  
LABORO EXCELÊNCIA EM PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

**ROSILÉA CUTRIM ALVES BRAGA  
SANDRO FERREIRA GONSIOROSKI DA SILVA  
SILVIA CRISTINA FRAZÃO CRUZ MOREIRA**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DE ADULTOS MAIORES DE 40  
ANOS NO CURSO DE DIREITO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR  
PRIVADA DE SÃO LUÍS – MA**

São Luís  
2008

ROSILÉA CUTRIM ALVES BRAGA  
SANDRO FERREIRA GONSIOROSKI DA SILVA  
SILVIA CRISTINA FRAZÃO CRUZ MOREIRA

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DE ADULTOS MAIORES DE 40 ANOS NO CURSO DE DIREITO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA DE SÃO LUÍS – MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior do Laboro Excelência em Pós-Graduação/Universidade Estácio de Sá, para obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Giselle Martins Venancio

São Luís  
2008

Braga, Rosiléa Cutrim Alves

Perfil socioeconômico e educacional de adultos maiores de 40 anos do curso de Direito de uma Instituição de Ensino Superior privada de São Luís – MA. / Rosiléa Cutrim Alves Braga; Sandro Ferreira Gonsioroski da Silva; Sílvia Cristina Frazão Cruz Moreira - São Luís, 2008.

51 f. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior) – Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, Laboro Excelência em Pós-Graduação, Universidade Estácio de Sá, 2008.

1. Educação 2. Ensino Superior 3. Adultos I. Título

CDU: 378

ROSILÉA CUTRIM ALVES BRAGA  
SANDRO FERREIRA GONSIOROSKI DA SILVA  
SILVIA CRISTINA FRAZÃO CRUZ MOREIRA

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DE ADULTOS MAIORES DE 40 ANOS NO CURSO DE DIREITO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA DE SÃO LUÍS – MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior do Laboro Excelência em Pós-Graduação/Universidade Estácio de Sá, para obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Giselle Martins Venâncio (Orientadora)  
Doutora em História  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

Rosemary Ribeiro Lindholm (Examinadora)  
Mestre em Enfermagem Pediátrica  
Universidade de São Paulo

"O importante é adicionar mais vida aos anos, e não, simplesmente, mais anos à vida."

Denise Raposo – Psicóloga

Este trabalho é dedicado a todos que nos ajudaram e deram força na conquista de mais um sonho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela força interna que sempre nos dá para transpormos as barreiras do cotidiano e pela liberdade de escolha dos nossos caminhos;

A nossa família - pais, mães, irmãos, marido, filhos, amigos – pelo amor, pelo incentivo e pelo apoio incondicional na realização dos nossos anseios e mais acalentados ideais;

A Instituição de Ensino Superior pesquisada, que abriu suas portas para o nosso estudo, pois sem a sua colaboração não seria possível a conclusão deste trabalho;

Aos nossos amigos da 2ª turma de Docência do Ensino Superior da Laboro, pelo companheirismo nesta trajetória, pois foi mais um sonho a ser realizado por cada um de nós;

A Giselle Martins Venâncio, nossa orientadora, pela sua disponibilidade desde o primeiro encontro, sempre segura, acessível e simpática; e acima de tudo parceira.

Enfim, a todos que sempre nos ajudam e ajudaram nesta caminhada, que é a vida.

## RESUMO

Abordagem sobre o perfil de adultos com mais de 40 anos no Ensino Superior privado na capital maranhense. Apresenta breves considerações sobre o Ensino Superior como condição de vanguarda para a sociedade, bem como, a trajetória histórica no Brasil, propiciada pela vinda da família Real e as primeiras Instituições de Ensino Superior. Ressalta a privatização do Ensino Superior como um processo expansionista no campo universitário brasileiro ao longo do século XX, sendo este setor, hoje, responsável por mais de 70% das IES no país. Finaliza-se, com um estudo caracterizando o perfil socioeconômico e educacional de adultos com mais de 40 no curso de Direito em uma IES privada em São Luís do Maranhão.

Palavras-chave: Ensino Superior. Ensino Superior privado

## ABSTRACT

Approach on the profile of adults over 40 years in higher education in private capital Maranhão. Presents brief comments on Higher Education as a condition to the forefront of society as well as the historical trajectory in Brazil, favored by the arrival of the Royal family and the first institutions of higher education. Emphasizes the privatization of Higher Education as an expansion in the Brazilian university during the twenty century, and this sector today, responsible for more than 70% of IES in the country. Finally, to a study characterizing the socioeconomic and educational profile of adults over 40 in the course of law in a private IES in São Luís of Maranhão.

Keywords: Higher Education. Private Higher Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Organograma da Organização Administrativa.....	19
Tabela 01	- Distribuição dos alunos com mais de 40 anos da IES pesquisada.....	30
Tabela 02	- Distribuição (%) dos 118 alunos segundo a faixa etária. São Luís, 2008.....	30
Tabela 03	- Distribuição (%) dos 118 alunos por sexo. São Luís, 2008.....	31
Tabela 04	- Distribuição (%) dos 118 alunos de acordo com o estado civil. São Luís, 2008.....	31
Tabela 05	- Distribuição (%) dos 118 alunos segundo escolaridade. São Luís, 2008.....	32
Tabela 06	- Distribuição (%) dos 118 alunos de acordo com a renda familiar. São Luís, 2008.....	32
Tabela 07	- Distribuição (%) dos 118 alunos conforme as facilidades de acesso ao Ensino Superior. São Luís, 2008.....	33
Tabela 08	- Distribuição (%) dos 118 alunos conforme as dificuldades de acesso ao Ensino Superior. São Luís, 2008.....	34
Tabela 09	- Distribuição (%) dos 118 alunos segundo as razões que levam ao ingresso/reingresso ao Ensino Superior. São Luís, 2008.....	35

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABMES	- Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior
CEE	- Conselho Estadual de Educação
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
CET	- Centro de Educação Tecnológica
CNE	- Conselho Nacional de Educação
ENADE	- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FGV	- Fundação Getulio Vargas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	- Instituição de Ensino Superior
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDBN	- Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional
MEC	- Ministério de Educação
OAB/MA	- Ordem dos Advogados do Brasil / Maranhão
OMS	- Organização Mundial de Saúde
SINAES	- Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	- Universidade de Brasília
UPR	- Universidade do Paraná
URGS	- Universidade do Rio Grande do Sul
USP	- Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

	p.
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Geral.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Específicos.....</b>	<b>13</b>
<b>3 APORTES TEÓRICOS.....</b>	<b>14</b>
<b>3.1 Educação Superior no Brasil: breves considerações e trajetória.....</b>	<b>14</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
<b>4.1 Tipo de estudo.....</b>	<b>27</b>
<b>4.2 Local do estudo.....</b>	<b>27</b>
<b>4.3 População.....</b>	<b>27</b>
<b>4.4 Instrumento.....</b>	<b>27</b>
<b>5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>28</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>36</b>
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE.....	41
ANEXOS.....	44

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade está em constante transformação. Hoje a expectativa de vida aumentou em consequência do desenvolvimento tecnológico, possibilitando melhoria na qualidade de vida para muitas pessoas e grupos sociais. As noções de tempo ficaram diferentes em relação a outros momentos históricos da humanidade. Apesar de continuar a contagem cronológica de maneira linear, as características da vida humana, em diferentes espaços possibilitam reconhecer lugares onde a vida é mais longa e com melhor qualidade. (GADOTTI, 2001)

A Educação Superior é muita das vezes uma esperança para que estas pessoas possam passar a desempenhar uma função diferente na vida, ou senão, voltar a sonhar com uma vida mais interessante. (MARTINS, 2001)

Assim, é notório que é cada vez maior a parcela de adultos com mais de 40 anos na busca do Ensino Superior.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) as pessoas com idade a partir dos 40 anos, atingem o nível de desenvolvimento pleno da fase adulta que compreende quatro dimensões principais: maturidade emocional (controle das emoções); maturidade social (evolução e bem-estar social); maturidade física (engloba o desenvolvimento das características físicas, estatura, peso, sexo) e a maturidade intelectual (refere-se à maneira como a pessoa vai conhecendo a si mesma e ao mundo que a cerca). (ROTHES, 2003)

A educação para adultos maduros apresenta-se, portanto como a possibilidade de emergência e de uma nova fase no curso de vida. Se pensada no contexto da educação ao longo de toda a vida representa um instrumento promotor de mudança em vários contextos (social, psicológico, cultural, dentre outros). (ZABALZA, 2004)

Segundo Rothes (2003, p. 11), “a expansão dos adultos em todo o sistema educativo e designadamente no Ensino Superior constitui um desafio para a sociedade e vem se tornando um tema central no que se refere à educação”.

O citado autor destaca que, a inclusão de adultos no Ensino Superior é influenciada por dois princípios fundamentais. O primeiro é um axioma decisivo, pois todos são portadores de competências; e o segundo é busca do conhecimento. (ROTHES, 2003)

Na visão de Gadotti (2001), os adultos cada vez mais ingressam na

educação buscando ampliar seus conhecimentos e horizontes, tal fato ocorre principalmente por conta da sua vivência na sociedade atual que é impulsionado pelo avanço tecnológico e pelo processo de globalização da informação e comunicação.

Neste sentido, Gadotti (2001) ressalta também que o conhecimento “é o grande capital da humanidade” e que os indivíduos da sociedade contemporânea sempre estão em busca de novos conhecimentos para aprimorar o já existente em sua prática.

Quando se fala de educação de adultos maduros no Ensino Superior percebe-se que, cada vez mais, estes indivíduos estão adentrando neste universo, pois a globalização da informação, a democratização do conhecimento, o aumento da qualidade de vida e a preocupação com a carreira profissional, trazem prerrogativas para que adultos procurem uma educação de nível superior. (ZABALZA, 2004)

No Maranhão, assim como em outros estados do Brasil, a presença de indivíduos com mais de 40 anos nos cursos de Ensino Superior é freqüente.

Assim, para entender melhor como ocorre esse processo educacional, foi pensada a realização de uma pesquisa com a perspectiva de analisar a participação de adultos maiores de 40 anos no curso de Direito de uma Instituição de Ensino Superior Privada em São Luís. Esta é uma temática pouco investigada, mas relevante para reflexão crítica na medida em que colabora para tomada de consciência, abrindo caminhos à valorização desse público na sociedade.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Geral**

Caracterizar o perfil socioeconômico e educacional de adultos maiores de 40 anos no curso de Direito de uma Instituição de Ensino Superior privada de São Luís – MA.

### **2.2 Específicos**

- Relacionar as dificuldades e facilidades de acesso ao Ensino Superior, particularmente o de caráter privado;
- Descrever as razões que levaram os sujeitos do estudo a procurarem o Ensino Superior;
- Investigar as razões que levaram os sujeitos do estudo a optarem por uma IES privada.

### 3 APORTES TEÓRICOS

#### 3.1 Educação Superior no Brasil: breves considerações e trajetória

A sociedade deposita sobre a Educação Superior a esperança de que seja a vanguarda do desenvolvimento, na condição de elite intelectual. Esta investiva passa pela importância atribuída à ciência e tecnologia, os fatores mais decisivos em termos de mudança social. A modernidade passa a ser termo representativo da necessidade de mudança, numa época em que a velocidade das fases se intensifica. Diante de tamanhos desafios, a sociedade procura na Educação Superior a sinalização dos rumos, o sensoriamento das tendências, o faro das oportunidades. A instituição que mais próxima está da produção científica e tecnológica assume, cada vez mais, condição de lugar privilegiado para discutir e fazer o futuro. (DEMO, 2004)

A idéia concebida por Almeida (2006) retrata o Ensino Superior como um dos motores do desenvolvimento intelectual e, ao mesmo tempo, um dos pólos da educação ao longo de toda a vida. É simultaneamente depositário e criador de conhecimentos. Por outro lado, é o instrumento principal de transmissão de experiência cultural e científica acumulada pela humanidade.

Segundo Souza (2001, p. 133), a Educação Superior tem por missão, “a criação, o cultivo, a difusão e a aplicação dos saberes mais complexos e sistêmicos dentre os elaborados pela humanidade ao longos dos tempos.”

Assim, a Ensino Superior, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 9.394/96 da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDBN), tem como finalidades: (SOUZA, 2001)

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e

possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Com relação à importância da Educação Superior, Conell (2000 apud ZABALZA 2004, p. 35) situa quatro responsabilidades específicas:

- **Documentação**, o que implica manter sua natureza como arcano de conhecimentos de todo tipo. O Ensino Superior não só aparece como berço do saber, mas também como centro de armazenamento desses saberes, aos quais se pode recorrer quando se desejar ou precisar;
- **Rede virtual de informação**, o que implica a utilização dos mais variados sistemas e suportes de comunicação, os quais permitem a maior distribuição possível do conhecimento, de maneira que possa chegar aos possíveis usuários, seja qual for sua localização geográfica, seja qual for a sua condição financeira;
- **Inovação**, de forma que as IES se transformem em focos permanentes de progresso técnico e social. Nesse sentido, elas devem ser capazes de fazer render ao máximo a autonomia e a disponibilidade de recursos;
- **Crítica**, sobre os usos e abusos do poder (em suas diversas manifestações e em diversos âmbitos) e/ou dos processos de perda de identidade individual e social.

Conforme Demo (2004), sobre o novo paradigma do Ensino Superior observado ao longo do século XXI, tem-se um amplo conjunto de tendências e forças de mudanças em andamento, com destaque para:

- quebra de barreira geográfica, regional ou local;
- mercado global e altamente competitivo;
- transformação das universidades amplas, fortes e verticalmente integradas em instituições mais especializadas e centradas no aluno (e não no professor).

De qualquer modo, Zabalza (2004), afirma que os processos de mudança no Ensino Superior estão se submetendo à dialética de duas forças contrapostas. Por outro lado, há a pressão da globalização e internacionalização dos estudos e dos pontos de referência (estabelecem muitos pontos de referências comuns entre todas elas: sistema de avaliação, níveis de referência, políticas de pessoal, condições de credenciamento e reconhecimento das titulações, mobilidade dos

estudantes, estratégias para competir em pesquisas e em capacitação de alunos, etc.); e, cada vez mais há uma crescente consciência da importância do contexto como fator determinante do que ocorre em cada universidade e das dificuldades para a aplicação de regras ou de critérios gerais.

A análise que Barnett (1994 apud ZABALZA, 2004) faz das mudanças ocorridas na “concepção” e no “papel social” da universidade retrata que a principal mudança ocorreu na relação entre universidade e sociedade; a qual possibilitou que as universidades passassem de uma realidade marginal da dinâmica social (o que lhes permitia manter um alto grau de autonomia e autogestão sem quase ter que prestar contas a ninguém) para uma realidade de plena inserção na dinâmica central da sociedade e de participação em suas proporções.

A Educação Superior brasileira é de origem recente se comparada com a européia, norte-americana e mesmo com a latino-americana. Os primeiros cursos superiores foram estabelecidos com a transferência da Corte portuguesa para a Colônia, em 1808 onde foi criado em Salvador um curso básico de Medicina (curso de partos); simultaneamente surgem as faculdades em Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Na data da Proclamação da República, em 1889, o país contava com cerca de 2 mil estudantes de nível superior congregados em cursos de Direito, Medicina e Engenharia, baseados em modelos napoleônicos de escolas profissionais isoladas (não universitários), nas principais capitais do país. (LUCE; MOROSINI, 2002)

A trajetória da Educação Superior no Brasil é marcada pelas relações de controle do Estado sobre processos centralizados de autorização e credenciamento de instituições e cursos, e também sobre a regulação interna das instituições. Com a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, o modelo de Educação Superior proposto por cursos isolados e profissionalizantes é desafiado, com a criação de universidades por meio da junção de escolas superiores. Assim, a partir de 1934 surgem as mais importantes universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), a Universidade do Paraná (UPR), vieram a somar à já existente Universidade do Brasil, mais tarde federalizada como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (SOUZA, 2001)

Na década de 1950, ocorre a federalização de muitas universidades estaduais com exceção da USP que permanece estadual. Em 1961, a UnB (Universidade de Brasília) concretiza o projeto de universidade como instituição de

pesquisa e centro cultural, concebido por Darcy Ribeiro<sup>1</sup>. A partir da Reforma Universitária de 1968, o Ensino Superior ficou caracterizado pela indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, organização e estruturação departamental, desenvolvimento da pós-graduação, gestão de racionalidade eficiente, etc. Posterior ao período de abertura política, inúmeras tentativas de democratização e transformação da universidade são identificadas e eclodem na Constituição Federal democrática de 1988. Nas décadas de 1950 à 1990, o Ensino Superior brasileiro ficou evidenciado pela expansão do número e tamanho das instituições, a privatização do setor, a interiorização de novas instituições e a diversificação da comunidade acadêmica e de cursos, inclusive com a legitimação de cursos noturnos e em períodos especiais. A década de 90 é marcada fortemente pela acentuada expansão das chamadas novas universidades, do setor privado voltada pela lucratividade e vocação empresarial. (LOBATO, 2001)

A Educação Superior, desde a sua implantação no Brasil, caracteriza-se por uma estreita regulação pelo governo federal que intervém pelas funções de supervisão, fomento ou sanções e punições, para comandar o crescimento e a configuração institucional e programática do sistema, seja por iniciativa ou complacência. Assim, atuam neste âmbito notoriamente dois ministérios – o de Educação, regulador das questões de ensino e de capacitação de professores, e o de Ciência e Tecnologia, pelo fomento à pesquisa. (SOUZA, 2001)

Luce e Morosini (2002) acrescentam ainda, que com a criação da LDBN trouxe um novo contexto para a Educação Superior, pois protagonizou um conteúdo normativo priorizando aspectos ligados aos fins de educação, ao direito à educação, presença do Poder Público, financiamento do ensino, formação do corpo docente, dentre outras peculiaridades.

As instituições de Ensino Superior - universidades, faculdades e estabelecimentos isolados - têm por objetivos, basicamente: produzir e difundir conhecimentos, formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho, promover a cultura, a ciência e a tecnologia e assegurar serviços de qualidade para a sociedade. (MEC, 2008)

A principal característica do Ensino Superior brasileiro é sua heterogeneidade.

---

<sup>1</sup> Etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta e romancista.

A tipologia das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil foi redefinida pela LDBN, Lei nº 9.394/96, que trouxe inovações no sistema de Ensino Superior, principalmente quanto à natureza e dependência administrativa. No que concerne à natureza acadêmica, constata-se que ela foi definida por decretos complementares, tais como os Decretos nº 3.860/01 e 2.406/97. (MEC, 2008).

Segundo o MEC, o Ensino Superior organiza-se de forma administrativa, acadêmica e quanto à formação.

Quanto à forma administrativa, a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), as instituições são classificadas segundo a natureza jurídica de suas mantenedoras em Pública (criadas por Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo) e Privada (criadas por credenciamento junto ao Ministério da Educação).

**1) Instituições Públicas:** são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Nas instituições públicas, em sua maioria, o Ensino Superior de graduação e pós-graduação *stricto sensu* é gratuito. Já em relação à pós *lato sensu* diversas dessas instituições cobram mensalidades de seus alunos e estão classificadas em:

- a) Federais - mantidas e administradas pelo Governo Federal;
- b) Estaduais - mantidas e administradas pelos governos dos estados;
- c) Municipais - mantidas e administradas pelo poder público municipal.

**2) Instituições Privadas:** são mantidas e administradas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado e dividem-se, ou se organizam, entre Instituições privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos. No que se refere às instituições privadas, há a cobrança de mensalidades tanto na graduação como na pós *lato* ou *stricto sensu*. Existe uma variedade muito grande de valores, de forma que alunos de diferentes classes econômicas têm condições de frequentar o ensino superior. Além disso, existem programas de incentivo (bolsas de estudo) oferecidos tanto pelo governo federal (ProUni) e ainda várias instituições possuem programas internos de bolsas de estudo. Podem se organizar como:

**2.1) Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em Sentido Estrito:** são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Sua vocação social é exclusivamente empresarial;

## 2.2) Instituições privadas sem fins lucrativos, podem ser, quanto a sua vocação social:

2.2.1) Comunitárias - Incorporam em seus colegiados representantes da comunidade. Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;

2.2.2) Confessionais - Constituídas por motivação confessional ou ideológica. Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

2.2.3) Filantrópicas - Aquelas cuja mantenedora, sem fins lucrativos, obteve junto ao Conselho Nacional de Assistência Social o Certificado de Assistência Social. São as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.



Figura 1: Organograma da Organização Administrativa  
Fonte: [www.abmes.gov.br](http://www.abmes.gov.br)

Quanto à organização acadêmica, as IES são determinadas pela sua competência e responsabilidade. Assim, a classificação acadêmica das instituições é apresentada a seguir:

**1) Instituições Universitárias:** São instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. Dividem-se em:

**a) Universidades:** São instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão, gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. É conferida às universidades autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior; fixar os currículos de seus cursos e programas; aumentar ou diminuir o número de vagas, de acordo com a capacidade de atendimento e as exigências do seu meio; contratar e dispensar professores; estabelecer planos de carreira docente; elaborar e formar seus estatutos e regimentos, de acordo com as normas gerais em vigor; estabelecer programas de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; celebrar contratos como entidade jurídica; administrar receita pública e privada; e receber doações e heranças.

**b) Universidades Especializadas:** São instituições de educação superior, públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.

**c) Centros Universitários:** São instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar. (MEC, 2008)

## **2) Instituições Não Universitárias - CEFETs e CETs**

**a) Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e os Centros de Educação Tecnológica (CETs).** Representam IES públicas ou privadas, pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica. Eles podem ministrar o ensino técnico em nível médio. O centro de Educação Tecnológica possui a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade,

oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada.

**b) Faculdades Integradas:** São instituições de educação superior públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento. Tem o regimento unificado e é dirigida por um diretor geral. Pode oferecer cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

**c) Faculdades Isoladas:** São instituições de educação superior públicas ou privadas. Com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento são vinculadas a um único mantenedor e com administração e direção isoladas. Podem oferecer cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

**d) Institutos Superiores de Educação:** São instituições públicas ou privadas que ministram cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização, extensão e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). (MEC, 2008)

Quanto à formação, a base da Educação Superior oferece cursos de **graduação, seqüenciais** e de **extensão**. Dentre as diferenças entre eles cita-se a titulação que pode determinar continuidade da carreira acadêmica (pós graduação) e a modalidade da formação profissional. A pós graduação compreende cursos Lato e Stricto Sensu. A Secretaria de Educação Superior (SESu) coordena apenas dos cursos Lato Sensu conhecidos pelas especializações, residência médica e MBA. Os cursos Stricto Sensu são responsabilidade da CAPES. O organograma da Educação Superior pode ser resumido em:

- a) Graduação
  - Bacharelado (diploma)
  - Licenciatura (diploma)
  - Tecnologia (diploma)
- b) Seqüencial
  - Formação específica (diploma)
  - Complementar (certificação)
- c) Cursos de extensão (certificado de caráter social)
- d) Pós-Graduação
  - Lato Sensu (certificado)

- Stricto Sensu (diploma)

Nos dias atuais muito se discute a cerca da quantidade e qualidade de cursos de nível superior no Brasil. Em três décadas e meia, ou seja, de 1960 até os dias atuais, o Ensino Superior brasileiro contou com significativas mudanças tanto no funcionamento quanto em sua configuração, tais como, titulação dos docentes, institucionalização da pesquisa e da produção intelectual, qualidade da formação oferecida, diversidade de oferta de cursos, dentre outros. (SILVA, 2008)

É perceptível que a evolução do Ensino Superior trouxe vários pontos para discussão e uma deles é a questão da privatização que a Educação Superior vem sofrendo, dessa forma Almeida (2006, p. 56), ressalta que:

Apesar do crescimento acelerado dos últimos anos, e de uma visível crise financeira do setor privado, parece ter se expandido mais do que o mercado está conseguindo pagar, o Ensino Superior brasileiro [...]. Hoje, o acesso ao Ensino Superior é uma aspiração generalizada e tende a se universalizar, independentemente dos eventuais custos ou benefícios que esta expansão possa trazer para a sociedade como um todo.

No Brasil, principalmente na década de 1990, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) ocorreram os primeiros processos de privatizações no país, assim, várias empresas foram privatizadas, como, por exemplo: Telesp, Companhia Vale do Rio Doce, Banespa entre outras. A privatização ocorreu e está ocorrendo em diversos países do mundo, pois é uma das características do mundo globalizado em que vivemos.

É notável ainda que, o avanço da privatização do Ensino Superior também ocorreu na chamada 'Era FHC' (1995 – 2002) com a onda de privatizações de algumas empresas, foi um período marcante como movimento expansionista e de reconfiguração do campo universitário brasileiro, assumindo feição nitidamente privada.

Segundo Cunha (2003, p. 23), em estudos sobre a privatização do Ensino Superior no governo FHC percebe-se que, graças ao “[...] Decreto nº 2.306/97, com base na NLDB/96, atribuiu um formato peculiar ao sistema de Ensino Superior, ao projetar importantes modificações no quadro até então existente no que diz respeito à fronteira entre a esfera pública e a esfera privada.”

Assim, o decreto determinou que as IES privadas publicassem os demonstrativos do movimento financeiro; empregassem pelo menos 60% da receita

(apenas das mensalidades escolares) ao pagamento de professores e funcionários, incluindo-se, nesse cômputo, os descontos, as bolsas de estudo que oferecessem e os encargos e benefícios sociais dos hospitais de ensino. (CUNHA, 2003)

As IES privadas que não preenchessem essas condições passariam a pagar impostos e contribuições, como qualquer sociedade mercantil, além de não poderem remunerar seus sócios. Ademais, passaram a ter de se submeter, a qualquer tempo, à auditoria pelo Poder Público, devendo ainda publicar, anualmente, demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes.

Desta forma, mencionando Cunha (2003, p. 23), sobre a organização acadêmica das IES:

A organização acadêmica das IES foi também objeto do Decreto nº 2.306/97. As IES podem, agora, adotar cinco formatos diferentes: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas superiores. Não se distinguem faculdades e institutos superiores nem escolas superiores, termos que, no Brasil, têm sido utilizados como sinônimos.

Assim, o resultado de 8 anos desse governo foi a expansão acelerada do sistema, levando as IES privadas a se caracterizarem por mais de 70% das inclusões de indivíduos no Ensino Superior no Brasil.

De acordo com a LDBN Lei nº 9.394/96, as IES privadas são definidas como instituições que retratam o Ensino Superior como produto principal; são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

A estrutura e o funcionamento do Ensino Superior são definidos e regidos por um conjunto de normas e dispositivos legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela LDBN (Lei nº 9.394/96), como também pela Lei nº 9.135/95, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), além de vários outros Decretos, Portarias e Resoluções.

Na Constituição Federal de 1988, a Educação Superior é tratada na seção 1 do capítulo 3 do Título VIII – Da Ordem Social, nos artigos 206 até 214.

Nesses dispositivos, define-se que a oferta de Ensino Superior é livre à iniciativa privada, atendidas as condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional e avaliação de qualidade, pelo Poder Público; as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público. Na Constituição, igualmente fica determinado o dever do estado em garantir o acesso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa e é estabelecido que as

universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo, ainda, obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Quanto aos recursos públicos esses serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei.

A LDBN, ao mesmo tempo, fixou as regras de funcionamento do Ensino Superior, tais como: a frequência obrigatória de alunos e professores nos cursos, salvo nos programas de educação a distância; a deliberação das universidades quanto às normas de seleção, devendo levar em conta os efeitos dos critérios por ela estabelecidos sobre a orientação do ensino médio; a obrigatoriedade da oferta de cursos noturnos nas IES públicas; o estabelecimento do período letivo de 200 dias; o fornecimento das informações obrigatórias que devem ser disponibilizadas aos alunos antes de cada período letivo; a definição da carga horária mínima de 8 horas semanais de aula para os docentes das IES públicas; e a exigência de que os professores do Ensino Superior devam ter pós-graduação, prioritariamente o mestrado e o doutorado.

A Lei nº 9.131/95 define as atribuições do MEC, do CNE, das Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior; institui, também, o Exame Nacional de Cursos como um dos procedimentos para avaliação dos cursos de graduação; extingue os mandatos dos membros do Conselho Federal de Educação; e estipula um prazo de 90 dias para a instalação do CNE.

É notório hoje que, o Ensino Superior privado representa mais da metade do total de universitários no país e vem desempenhando um importante papel de decompressão social, ao ocupar espaços vazios dos serviços educacionais.

Desta forma, não se pode lançar um olhar acurado sobre o Sistema de Instituições de Ensino Superior Brasileiro, sem ressaltar alguns aspectos fundamentais. De acordo com os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES), em 2006, o Brasil possuía 4.453.156 de matrículas em cursos presenciais de graduação, das quais 3.260.967 estão em IES privadas, enquanto que nas públicas havia 1.192.189 de alunos matriculados.

Assim, mais uma vez, o Brasil é o caso extremo porque a matrícula global das instituições privadas, que representava 40% em 1960, atinge, hoje, mais de 70%, sendo o sétimo país num ranking mundial onde os Estados Unidos são o vigésimo. (ALMEIDA, 2006)

A concentração regional continua acentuada, na região sudeste com 48,87% das IES; na região nordeste 17,76; na região sul, 16,64%; enquanto na região centro-oeste há 10,72% e a região norte, apenas 4%.

De acordo com o SINAES (2006), no Maranhão há duas IES federais, uma estadual e vinte e três privadas. O número de IES que operam em São Luís sem estarem devidamente cadastradas junto ao MEC ou ao Conselho Estadual de Educação (CEE) é estimado em aproximadamente uma dezena. Por este motivo, os números exatos, no Maranhão, não são conhecidos. Sendo que na grande São Luís, existem 11 (onze) IES privadas, das quais 8 (oito) delas oferecem o curso de Direito.

A instituição investigada neste trabalho é uma das 21 (vinte e três) IES privadas em atuação em São Luís.

Conforme informação prestada pela Secretaria Acadêmica da instituição, esta faculdade possui um total geral de 2.567 alunos matriculados, divididos em 69 turmas nos três turnos. Destes, 343 tem mais de 40 anos de idade. A partir da análise dos dados disponibilizados pela instituição, observou-se que, o curso com maior incidência de alunos com mais de 40 anos é o de Direito, no qual este total chega a 118 discentes.

Por este motivo, optou-se, neste trabalho, por identificar e analisar os alunos do curso de Direito maiores de 40 anos com vistas a elaborar um perfil socioeconômico e educacional desta população.

Assim, esta pesquisa se justifica pelo fato de ser um assunto que começa a se fazer presente na sociedade, onde não só os adultos jovens procuram uma graduação e sim cada vez mais adultos maduros (com mais de 40 anos) ingressam no Ensino Superior com vistas a obter mais conhecimentos e aprimoramento intelectual. Deste modo, a busca de conhecimento, ultrapassa limites de idade ou cronologia, abarca os mais diversos processos formadores de caráter, inclusão, aprendizagem, qualificação profissional, além do desenvolvimento sociológico, político e cultural do indivíduo. Desta forma, a busca pelo conhecimento é algo que proporciona várias inquietações e discussões no mundo a qual vivemos, uma vez que, representa um traço constitutivo de qualquer sociedade.

Observa-se que, a melhoria da qualidade e expectativa de vida é um dos motivos que também contribui para o ingresso de indivíduos com mais de 40 anos no Ensino Superior, uma vez que, descreve melhorias nas condições de vida das pessoas levando em consideração fatores como saúde, educação, bem-estar físico,

psicológico e mental. Além disso, recentemente a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em uma pesquisa, revela que houve melhoria no padrão de vida da classe média por conta da estabilidade financeira e econômica do país. De acordo com esse estudo, nos últimos 6 (seis) anos, a classe média brasileira tornou-se mais numerosa e estável, com maior renda, consumidora, preocupada com saúde e educação. Essa dinâmica cria a possibilidade de investimento em todos os campos sociais, principalmente no âmbito educacional e de capacitação profissional. (FRIENDLANDER, 2008)

Nesse viés, nota-se também, a abertura que as IES privadas vem tendo em relação a esse público, principalmente no que diz respeito a questões como vestibular facilitado ou agendado, financiamento (convênios e descontos) e ampliação e/ou diversificação dos cursos de graduação.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Tipo de estudo**

A abordagem de investigação desta pesquisa foi do tipo quantitativa a fim de evidenciar o perfil socioeconômico e educacional dos adultos maiores de 40 anos estudantes do curso de Direito de uma IES privada em São Luís – MA.

### **4.2 Local do estudo**

Para análise do tema em questão, o universo do estudo foi uma IES privada em São Luís, que tem experiência no ramo da Educação Superior há 8 (oito) anos. Segundo a instituição, sua missão é: “Proporcionar educação superior de excelência para a formação de profissionais dinâmicos e responsáveis, pautada em valores éticos e comprometida com o equilíbrio socioeconômico, responsabilidade social e desenvolvimento regional”.

Esta IES conta com os seguintes cursos: Administração, Direito, Turismo, Ciências Contábeis e Comunicação Social com as habilitações em Jornalismo e Publicidade/Propaganda.

### **4.3 População**

A população da pesquisa foi composta de todos os estudantes do curso de Direito maiores de 40 anos.

### **4.4 Instrumento**

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado, com perguntas claras e objetivas, com intuito de garantir a uniformidade de entendimento dos envolvidos e, conseqüentemente a padronização dos resultados. As variáveis pesquisadas foram: idade, sexo, estado civil, grau de escolaridade, renda familiar, facilidades de acesso, dificuldades de acesso e principais razões para ingresso/reingresso.

## 5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A IES pesquisada faz parte de uma *holding*<sup>2</sup> de empresas, que trabalham exclusivamente com Educação Superior. Esta sociedade congrega instituições em Curitiba, Pitanga, Guarapuava e União da Vitória (PR), Florianópolis e São José (SC). Ensino e pesquisa aliados à qualidade fazem desta IES um referencial na produção do conhecimento. Sua excelência acadêmica proporciona a valorização do aluno, formando futuros profissionais engajados com as novas transformações da sociedade e do mundo globalizado.

A IES pesquisada foi criada em 27 de dezembro de 2000, graças a portaria de credenciamento N° 2.108/2000 expedida pelo MEC.

Todos os cursos de graduação desta IES já foram avaliados e reconhecidos pelo MEC. O curso de Turismo (bacharelado) tem a duração de três anos; o curso de Administração tem a duração com três anos e meio, os cursos de Ciências Contábeis e Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade e Propaganda) tem sua duração de 4 anos; e o curso de Direito é concluído com cinco anos.

Esta IES iniciou o ano de 2008, o firme propósito de consolidar-se, até meados de 2009, como o mais novo Centro Universitário do Estado do Maranhão. Dessa forma, a IES disponibilizará de maior incentivo à pesquisa e à extensão, bem como a oferta de novos cursos de graduação, na área da saúde, a partir de 2008/2009.

O curso de Direito (bacharelado) nesta IES teve seu reconhecimento efetivado pelo MEC através da portaria N° 296, de 28/06/2006.

O regime acadêmico está caracterizado da seguinte forma:

### a) Turnos em Funcionamento

- Turnos: Vespertino e Noturno
- Vagas autorizadas: 50 Vespertino e 50 Noturno

### b) Forma de ingresso

- Processo seletivo (vestibular);

---

<sup>2</sup> É uma forma de sociedade gestora de negócios criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas com o intuito de promover o domínio de determinada oferta de produtos e /ou serviços. In:

- Transferência externa e aproveitamento de estudos;
- Programa Universidade para Todos (ProUni).

c) Períodos mínimo e máximo de integralização

- Prazo para integralização do curso: 10 períodos (5 anos);
- Regime letivo: semestral;
- O cumprimento da carga horária total de 4.052 horas;
- Aprovação nas disciplinas totalizando 3.312 horas;
- Aprovação em Estágio Curricular Supervisionado, obedecendo à regulamentação específica da IES e às Normas Específicas de Estágio Curricular do Curso de Direito, totalizando 300 horas;
- Aprovação em Monografia, obedecendo à regulamentação específica da IES para o Curso de Direito, totalizando 120 horas;
- Atividades Complementares, totalizando 200 horas;
- Atividades de campo, totalizando 120 horas.

Recentemente, os egressos do curso de Direito desta IES ganharam destaque na avaliação no exame da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil. A OAB/MA divulgou a lista dos aprovados no Exame da Ordem 2008/1 e, mais uma vez, a excelência da educação desta IES foi comprovada. Dos 59 ex-alunos que fizeram a 1ª etapa, 25 foram aprovados.

O Exame é realizado três vezes por ano em todos os Estados da Federação em duas etapas e habilita os bacharéis em Direito para o exercício da advocacia.

A IES pesquisada comemora o alto índice de aprovação nos três últimos Exames da OAB/MA e a consecutiva elevação do percentual de aprovados.

Conforme o sistema acadêmico da instituição, a IES pesquisada tem um total-geral de 2.567 alunos matriculados divididos em 69 turmas nos três turnos, conforme pode ser observado na planilha disponibilizada pela Secretaria Acadêmica. (Tabela 01).

Para se chegar à informação do total de alunos com mais de 40 anos, o

sistema acadêmico disponibilizou a data de nascimento dos alunos (a apuração foi feita utilizando indivíduos que nasceram até o ano de 1967). Desta forma foi apurado um quantitativo de 343 alunos acima dos 40 anos. (Tabela 01)

Mediante a análise da planilha e da apuração por data de nascimento, observou-se que o curso com maior incidência de alunos com mais de 40 anos era o de Direito, onde existem 118 alunos com idade superior a esta faixa etária matriculados no referido curso. (Tabela 01)

Tabela 01: Distribuição dos alunos com mais de 40 anos da IES pesquisada

Cursos de Graduação	Quant. de turmas - 2008	Quantidade de alunos	Quantidade de alunos com mais de 40 anos
Administração	28	1.073	112
<b>Direito</b>	<b>14</b>	<b>270</b>	<b>118</b>
Ciências Contábeis	7	307	73
Jornalismo	7	250	12
Publicidade e Propaganda	7	212	7
Turismo	6	155	21
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>2.567</b>	<b>343</b>

A partir da identificação da população a ser investigada, aplicou-se o questionário, momento em que contou com cooperação da Coordenação do Curso de Direito, de alguns professores, além dos pesquisadores.

A seguir, será apresentado, o resultado da investigação realizada na IES pesquisada, contextualizadas em tabelas com os percentuais correspondentes e traduzidos por uma abordagem quantitativa.

#### a) Faixa etária dos sujeitos pesquisados

Tabela 02: Distribuição (%) dos 118 alunos segundo a faixa etária. São Luís, 2008

FAIXA ETÁRIA	%
<b>41 a 45 anos</b>	<b>26%</b>
<b>46 a 50 anos</b>	<b>33%</b>
<b>51 a 55 anos</b>	<b>19%</b>
<b>56 a 60 anos</b>	<b>13%</b>
<b>61 a 65 anos</b>	<b>5%</b>
<b>Mais de 65 anos</b>	<b>4%</b>
	<b>100%</b>

De acordo com a tabela 02, a primeira variável estudada é a faixa etária, neste aspecto observa-se que, os percentuais ficaram distribuídos da seguinte forma: alunos de 46 a 50 anos aparecem com 33%, caracterizando assim, a maioria do público pesquisado. O segundo percentual ficou com alunos de 41 a 45 anos, explicitado por 26%. Com menos percentual foi detectado indivíduos com idade superior 65 anos, ou seja, 4% da população.

b) Sexo dos sujeitos pesquisados

Tabela 03: Distribuição (%) dos 118 alunos por sexo. São Luís, 2008

<b>GÊNERO</b>	<b>%</b>
<b>Masculino</b>	<b>53%</b>
<b>Feminino</b>	<b>47%</b>
	<b>100%</b>

No aspecto referente ao gênero dos sujeitos pesquisados, de acordo com a tabela 03, visualiza-se que os indivíduos do sexo masculino ficaram com um percentual maior, sendo representado por 53%. Já os indivíduos do sexo feminino ficaram caracterizados com 47% dos dados apurados.

c) Estado civil dos sujeitos pesquisados

Tabela 04: Distribuição (%) dos 118 alunos de acordo com o estado civil. São Luís, 2008

<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>%</b>
<b>Solteiro(a)</b>	<b>10%</b>
<b>Casado(a)</b>	<b>71%</b>
<b>Divorciado(a)</b>	<b>15%</b>
<b>Outros</b>	<b>4%</b>
	<b>100%</b>

No que se refere ao estado civil dos sujeitos pesquisados, observa-se que os indivíduos que são casados constituem 71% da amostragem. Os alunos que são divorciados caracterizaram 15% dos sujeitos pesquisados. Os que se consideram solteiros ficou com representado por 10%.

## d) Grau de escolaridade dos sujeitos pesquisados

Tabela 05: Distribuição (%) dos 118 alunos segundo escolaridade. São Luís, 2008

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>%</b>
<b>Superior completo</b>	<b>36%</b>
<b>Superior incompleto</b>	<b>61%</b>
<b>Pós-graduação</b>	<b>3%</b>
	<b>100%</b>

A tabela 05 se refere ao grau de escolaridade dos sujeitos pesquisados foram caracterizados da seguinte forma: os que têm curso superior incompleto constituem 61% dos questionários aplicados. São observados também, alunos que já tem curso superior completo em outra área do conhecimento, sendo este representado por 36%, enquanto que os que têm pós-graduação é caracterizado por 3% dos sujeitos pesquisados.

## e) Renda familiar dos sujeitos pesquisados

Tabela 06: Distribuição (%) dos 118 alunos de acordo com a renda familiar. São Luís, 2008

<b>RENDA FAMILIAR</b>	<b>%</b>
<b>2 a 4 salários mínimos</b>	<b>24%</b>
<b>5 a 7 salários mínimos</b>	<b>44%</b>
<b>Acima de 8 salários mínimos</b>	<b>32%</b>
	<b>100%</b>

Na variável renda familiar, a pesquisa demonstrou que os alunos com mais de 40 anos já tem certa estabilidade financeira, neste sentido observa-se que estes alunos são caracterizados da seguinte forma: os indivíduos que têm de 5 a 7 salários mínimos são evidenciados com 44%, alunos que têm renda com mais de 8 salários mínimos estão num percentual de 32% dos questionários aplicados no curso de Direito desta IES e aqueles que têm renda de 2 a 4 salários mínimos são observados com 24% dos sujeitos da pesquisa.

Em estudos recentes, a FGV com dados do Ministério do Trabalho e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relata que, 51,89% da população brasileira é definida como classe média, com famílias que possuem renda

entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591 (R\$ 214 a R\$ 923 durante o mês por pessoa). Assim, com o aumento da classe média nos últimos dois anos, proporcionou um crescimento em todas as áreas da sociedade economicamente ativa no país, evidenciado pelo crescimento econômico, formalização do trabalho e aumento da escolaridade. (FRIENDLANDER, 2008)

f) Facilidades de acesso ao Ensino Superior mencionadas pelos sujeitos pesquisados

Tabela 07: Distribuição (%) dos 118 alunos conforme as facilidades de acesso ao Ensino Superior. São Luís, 2008

<b>FACILIDADES</b>	<b>%</b>
<b>Capacitação profissional</b>	<b>21%</b>
<b>Qualidade de ensino</b>	<b>16%</b>
<b>Criação de IES privada/divulgação</b>	<b>14%</b>
<b>Facilidade de pagamento/financiamento</b>	<b>12%</b>
<b>Vestibular facilitado/agendado</b>	<b>11%</b>
<b>Convênios com empresa</b>	<b>9%</b>
<b>Mais cursos disponíveis a sociedade</b>	<b>7%</b>
<b>Ausência de greves</b>	<b>6%</b>
<b>PROUNI</b>	<b>4%</b>
	<b>100%</b>

De acordo com a análise acerca das facilidades de acesso ao Ensino Superior relatadas pelas pessoas maiores de 40 anos na IES pesquisada foram observados a seguir: capacitação profissional é ressaltada por 21% das opiniões. A qualidade de ensino foi caracterizada por um percentual de 16%. A criação ou abertura de IES privadas e sua divulgação na cidade, facilidade no pagamento e financiamento, vestibular facilitado/agendado ficaram com 11% cada das opiniões dos alunos pesquisados. Convênio de empresas com as IES privadas foi caracterizado com 9%. A criação e a disponibilidade de mais cursos à sociedade foram detectadas por 7% da preferência do universo pesquisado. A ausência de greves ficou com 6% da apuração dos dados pesquisados. E por fim, a criação do PROUNI também foi caracterizada como uma das facilidades e obteve um percentual de 4%.

g) Dificuldades de acesso ao Ensino Superior mencionadas pelos sujeitos pesquisados

Tabela 08: Distribuição (%) dos 118 alunos conforme as dificuldades de acesso ao Ensino Superior. São Luís, 2008

<b>DIFICULDADES</b>	<b>%</b>
<b>Falta de tempo para estudar/trabalho e família</b>	<b>36%</b>
<b>Falta de interação/relação teoria e prática</b>	<b>17%</b>
<b>Insucesso em vestibulares em IES públicas</b>	<b>10%</b>
<b>Falta de compreensão de professores</b>	<b>9%</b>
<b>Custo elevado/financiamento</b>	<b>8%</b>
<b>Desemprego</b>	<b>7%</b>
<b>Classe baixa sem acesso</b>	<b>7%</b>
<b>Pouco conhecimento do curso/área</b>	<b>6%</b>
	<b>100%</b>

Na variável que aponta as dificuldades de acesso ao Ensino Superior do tema em questão foram caracterizados da seguinte maneira: a falta de tempo para estudar relacionados a família e ao trabalho obteve um resultado de 36% da opinião dos sujeitos pesquisados; a falta de interação ou relação da teoria e prática dos conteúdos estudados teve um percentual de 17%; a falta de sucesso em vestibulares em IES públicas ficou caracterizadas por 10%; falta de compreensão de professores por conta das atividades desses alunos maiores de 40 anos ficou representado por 9%. O custo elevado das mensalidades também foi apontado com 8% como um elemento que dificulta o acesso dos indivíduos ao Ensino Superior privado. O desemprego e a classe baixa também foram pontos observados como barreira que dificulta o acesso a uma IES privada sendo representado por um percentual de 7%. Com 6% das opiniões do público pesquisado aparecem questões acerca do pouco conhecimento do curso e da área de atuação.

h) Razões que levam ao ingresso/reingresso ao Ensino Superior mencionadas pelos sujeitos pesquisados

Tabela 09: Distribuição (%) dos 118 alunos segundo as razões que levam ao ingresso/reingresso ao Ensino Superior. São Luís, 2008

<b>RAZÕES</b>	<b>%</b>
<b>Busca de conhecimento</b>	<b>21%</b>
<b>Realização pessoal/vocação</b>	<b>20%</b>
<b>Renda estável/melhoria de salário</b>	<b>12%</b>
<b>Aperfeiçoamento profissional</b>	<b>11%</b>
<b>Estabilidade no emprego</b>	<b>11%</b>
<b>Mercado de trabalho</b>	<b>10%</b>
<b>Qualidade do ensino</b>	<b>6%</b>
<b>Saúde física e mental</b>	<b>5%</b>
<b>Status perante a sociedade</b>	<b>4%</b>
	<b>100%</b>

Na variável que retrata as razões que levam o ingresso/reingresso dos sujeitos pesquisados ficou evidente o seguinte: busca de conhecimento ficou evidenciado com 21%, ou seja, a maioria das respostas; a realização pessoal e a vocação foram caracterizados por um percentual de 20%, renda estável e melhoria de salário foram representadas por 12% das opiniões; já aqueles que procuraram o Ensino Superior após os 40 anos por conta do aperfeiçoamento profissional juntamente com segurança ou estabilidade no emprego foi demonstrado por 11% da apuração dos dados; a facilidade de mercado de trabalho é verificada por 10%; a qualidade de ensino foi definido por um percentual de 6%. A perfeita saúde física e mental em relação aos estudos foi demonstrada por 5% da análise dos dados e com 4% das opiniões demonstram que a graduação demonstra status perante a sociedade.

Quando se fala do aprimoramento intelectual, Gadotti (2001) concebe a idéia que há uma busca incessante do conhecimento na atual sociedade, pois o ser humano em evolução sempre procura o conhecimento como um meio necessário a sua própria existência. Evidentemente os diferentes graus evolutivos de cada ser humano, promovem as diferentes formas de busca do conhecimento conforme a necessidade de cada um. O conhecimento é fruto da evolução individual de cada pessoa. Assim, ele é gerado de acordo com que cada um deseja no momento.

## 6 CONCLUSÃO

O estudo em questão possibilitou a compreensão das razões pelas quais pessoas na faixa etária acima de 40 anos ingressam num curso superior. O processo de integralização e interação social, legitimado pelo meio social e pela convivência com pares de outra faixa etária, parece validar a adoção de novos papéis e possibilitar o cultivo de expectativas que se projetam para o futuro.

A relevância do Ensino Superior na atualidade se refere, especialmente, pelo papel que ele tem em relação à sociedade, e, por outro lado às expectativas deste como elemento de referência e cidadania. Assim, observa-se que a busca do Ensino Superior retrata democratização, acesso e oportunidades em vários estágios da vida.

O Ensino Superior para adultos maduros, é evidenciada por idéias e concepções voltadas para os interesses e necessidades desta clientela, o que significa, em síntese, a construção de uma sociedade na qual o conhecimento pode ser compartilhado entre todos, renovando assim, seus valores, atitudes e comportamentos num processo de socialização permanente.

Percebe-se que, a maturidade não é um estado que se atinge com a idade ou a experiência. É um processo que, nas pessoas criativas e evoluídas, continua no decorrer da vida.

A rápida expansão das oportunidades de educação de adultos no Ensino Superior reflete os novos desafios enfrentados pelo sistema educacional e pela sociedade em geral. Percebe-se que, os adultos são sensíveis a estímulos da natureza externa (notas, etc), mas são os fatores de ordem interna que motivam o adulto para a aprendizagem (satisfação, auto-estima, qualidade de vida, etc).

Nesta investida, Gadotti (2001), salienta um novo termo relacionado a este público, a andragogia que significa “educação para adultos”, e para esta pesquisa é relevante por que permite a abertura de horizontes e auto-realização dos mesmos.

O adulto maduro, é capaz de assumir a responsabilidade por sua própria vida, pois aprendeu a dissociar a emoção dos padrões estabelecidos sob a tensão da dependência e a fixar o impulso para agir naquilo que considera conveniente.

Os dados apresentados nesta pesquisa evidenciam que a expansão do ensino de graduação verificada nas últimas décadas foi, em grande parte, atendida

pelo segmento privado. O que torna um segmento representativo no país inteiro, com mais de 80% das IES, onde atende todos os tipos de público, faixa etária, financiamento, divulgação, cursos diferenciados, vestibular facilitado, dentre outros.

Ao se formular um perfil de adultos com mais de 40 anos no Ensino Superior, é possível detectar razões para este fenômeno, uma vez que, estes indivíduos têm como objetivo principal a realização pessoal e de vida associada a busca do conhecimento.

Diante dos objetivos propostos nesta pesquisa pode-se destacar que o perfil da população estudada foi delineada da seguinte forma:

- a) O curso de Direito na IES pesquisada é o que tem o maior número de alunos e estão na faixa etária de 46 a 50 anos;
- b) Mais da metade é do sexo masculino e a maioria da população é casada;
- c) Quanto a escolaridade, a maioria tem curso superior incompleto e tem renda familiar de 5 a 7 salários mínimos;
- d) Capacitação profissional foi a facilidade mais citada para o acesso ao Ensino Superior, enquanto a dificuldade no ingresso foi a falta de tempo juntamente com trabalho e família;
- e) A busca de conhecimento dentre outras razões foi apontada como o motivo principal para o ingresso/reingresso no Ensino Superior.

Assim, pretendeu-se, com este contributo, chamar a atenção para um ponto no que concerne a Educação Superior, salientando o importante papel desempenhado pelas IES na formação de estudantes adultos não tradicionais, aqueles com mais de 40 anos.

Portanto, as barreiras de idade são quebradas a partir do momento em que eles tomam a consciência que amadurecer, é acima de tudo crescer e não embrutecer ou morrer.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sergio Campos de. **O avanço da privatização na educação brasileira: o ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação).
- BARREIRO, Iraíde; TERRIBILI FILHO, Armando. Educação Superior no Brasil. **Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação Rio Comprido**, v. 15, n. 54, p. 8 – 102, jan./mar. 2007.
- CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações.** Brasília: INEP, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**. v. 24, n. 82, Campinas, abr.2003.
- DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação.** 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- DOWBOR, Ladislau. Escolarização também é fator de aumento da classe média. Disponível em: <<http://www.portalaprendiz.com.br>>. Acesso em: 07. 10.2008.
- FRIENDLANDER, David. A nova classe média do Brasil. **Revista Época**. n. 534, 11 ago. 2008.
- GADOTTI, Moacir. **Educar adultos hoje na perspectiva de Paulo Freire.** Jornada de Educação de Adultos. Universidades de Coimbra, 2001.
- LOBATO, Raimundo Medeiros. **Estrutura e funcionamento do Ensino Superior.** 2. ed. São Luís: UFMA, 2001.
- LUCE, Maria Beatriz, MOROSINI, Marília Costa. **A educação superior no Brasil.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002.
- MARQUES, L. F. Qualidade de vida, uma aproximação conceitual. **Rev. Psico.** Porto Alegre, v. 27, n. 2, 1996.

MARTINS, Carlos Benedito. O Ensino Superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo Perspectiva**. v.14, n.1, São Paulo, jan./mar. 2000.

MARTINS, Edna. **O ensino de adultos na universidade**. III Seminário UNESP. São Paulo: UNESP, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2008.

NUNES, Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 41, Rio de Janeiro, 2007.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. São Paulo, 2003.

ROTHES, Luís Areal. Adultos no Ensino Superior: garantir um direito para colmatar uma injustiça. **Jornal A Página**, n. 120, v. 12, fev. 2003.

SACRISTAN, José Gimeno. **A educação que ainda é possível**: ensaios sobre uma cultura para a educação. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SAMPAIO, Helena. **O ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2000.

SILVA, Degmar Augusta da. O Ensino Superior no Brasil: do séc XIX aos dias atuais. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos.html>>. Acesso em: 20 jul 2008.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reformas do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2003.

SOUZA, Clarice. **Desenvolvimento e requalificação profissional**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005.

SOUZA, Paulo Nathanael. **LDB e Educação Superior**: estrutura e funcionamento. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

ZABALZA, Miguel. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A****LABORO – EXCELÊNCIA EM PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR****TÍTULO DO PROJETO – PERFIL SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DE  
ADULTOS MAIORES DE 40 ANOS NO CURSO DE DIREITO DE UMA  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM SÃO LUÍS - MA**

Pesquisadores: Rosilea Cutrim Alves Braga, Sandro Ferreira Gonsioroski da Silva e Sílvia Cristina Frazão Cruz Moreira

Prezado(a) Sr(a), estamos realizando uma pesquisa sobre a inclusão de indivíduos adultos pós 40 anos no Ensino Superior privado em São Luís, deste modo, precisamos da sua resposta o que permitirá análise e discussão para um estudo científico. Sendo assim, ficamos gratos pela sua participação.

1) Sua idade quando ingressou no Ensino Superior.

- ( ) 41 a 45 anos                      ( ) 56 a 60 anos  
 ( ) 46 a 50 anos                      ( ) 61 a 65 anos  
 ( ) 51 a 55 anos                      ( ) mais de 65 anos

2) Sexo

- ( ) Masculino  
 ( ) Feminino

3) Estado civil

- ( ) Solteiro(a)                      ( ) Divorciado(a)  
 ( ) Casado(a)                      ( ) Outros \_\_\_\_\_  
 ( ) Viúvo(a)

4) Grau de escolaridade

- ( ) Superior completo  
 ( ) Superior incompleto  
 ( ) Pós-graduação

5) Renda familiar

- ( ) até 1 salário mínimo  
 ( ) de 2 a 4 salários mínimos  
 ( ) de 5 a 7 salários mínimos  
 ( ) acima de 8 salários mínimos

6) Relacione 3 facilidades de acesso ao Ensino Superior de acordo com sua experiência:

---



---



---



---

7) Relacione 3 dificuldades de acesso ao Ensino Superior de acordo com sua experiência:

---

---

---

08) Relacione suas principais razões para ingresso/reingresso no Ensino Superior:

---

---

---

**ANEXOS**





## ANEXO C

## INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA PESQUISADA

Modelo da Planilha do Curso de Direito – Caracterização das turmas e quantificação dos alunos do curso de Direito

Instrumento 3 (Coleta no Sistema Acadêmico)

<b>Turnos</b>	<b>Turmas</b>		<b>Nº alunos com +de 40 anos por turma</b>
	<b>Alunos matriculados</b>		
<b>Vespertino</b>	DT10V	10	3
	DT1V	67	4
	DT2V	52	13
	DT3V	37	6
	DT5V	35	7
	DT9V	39	12
<b>Noturno</b>	DT10N	30	10
	DT1N	50	10
	DT2N	67	5
	DT3N	47	10
	DT4N	32	6
	DT5N	25	6
	DT7N	47	14
	DT9N	32	12
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>570</b>	<b>118</b>

## ANEXO D

## ESTATÍSTICAS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – SINAES/INEP (2006)

## Total de IES (Categorias)

IES	Nº	%
Públicas	2.141	10,72
Privadas	257	89,28
<b>Total</b>	<b>2.398</b>	<b>100</b>

## Total de IES (Subcategorias)

IES	Nº	%
Estadual	92	3,84
Federal	105	4,38
Municipal	60	2,50
Privada	2.141	89,28
<b>Total</b>	<b>2.398</b>	<b>100</b>

## Total de IES (Por Região)

REGIÃO	Nº	%
Centro-oeste	257	10,72
Nordeste	426	17,76
Norte	144	6,01
Sudeste	1.172	48,87
Sul	399	16,64
<b>Total</b>	<b>2.398</b>	<b>100</b>

## Total de IES (Maranhão)

IES	Nº
Centros Universitários	2
Faculdades	22
Universidade Federal	1
Universidade Estadual	1
<b>Total</b>	<b>26</b>

**Total de IES (Brasil)**

<b>Estados</b>	<b>N°</b>
Acre	9
Alagoas	28
Amapá	13
Amazonas	20
Bahia	125
Ceará	53
Distrito Federal	82
Espírito Santo	110
Goiás	74
Maranhão	26
Mato Grosso	57
Mato Grosso do Sul	44
Minas Gerais	338
Pará	29
Paraíba	34
Paraná	34
Pernambuco	89
Piauí	35
Rio de Janeiro	149
Rio Grande do Norte	22
Rio Grande do Sul	103
Rondônia	27
Roraima	13
São Paulo	575
Santa Catarina	97
Sergipe	14
Tocantins	33
<b>Total</b>	<b>2.398</b>

## ANEXO E

<b>Estrutura Curricular do Curso de Direito Publicada no DOU nº102 em 31/05/2005</b>	
<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>1º Período</b>	
Introdução ao Estudo do Direito	72
História do Direito	72
Direitos Humanos	72
Ciência Política e Teoria do Estado	72
Psicologia	36
Metodologia da Pesquisa	36
<b>Sub-total</b>	<b>360</b>
<b>2º Período</b>	
Direito Civil I	72
Direito Constitucional	72
Antropologia Jurídica	72
Teoria das Relações Internacionais	72
Economia Política	72
<b>Sub-total</b>	<b>360</b>
<b>3º Período</b>	
Direito Civil II	72
Direito Constitucional II	72
Direito Penal I	72
Direito Internacional Público	72
Hermenêutica Jurídica	72
<b>Sub-total</b>	<b>360</b>
<b>4º Período</b>	
Direito Civil III	72
Direito Constitucional III	72
Direito Penal II	72
Teoria Geral do Processo	72
Sociologia Geral e Jurídica	72
<b>Sub-total</b>	<b>360</b>
<b>5º Período</b>	
Direito Civil IV	72
Direito Administrativo I	72
Direito Penal III	72
Direito Processual Civil I	72
Direito Processual Penal I	72
<b>Sub total</b>	<b>360</b>

<b>6º Período</b>	
Direito Civil V	72
Direito Administrativo II	72
Direito Pena IV	72
Direito Processual Civil II	72
Direito Processual Penal II	72
<b>Sub-total</b>	<b>360</b>
<b>7º Período</b>	
Direito Administrativo III	72
Direito Processual Civil III	72
Direito Processual Penal III	72
Direito Tributário I	72
Eletiva	36
<b>Sub-total</b>	<b>360</b>
<b>8º Período</b>	
Direito Processual Civil IV	72
Filosofia do Direito I	72
Direito Empresarial I	72
Direito Coletivo do Trabalho	72
Direito Tributário II	72
Eletiva	36
<b>Sub-total</b>	<b>360</b>
<b>9º Período</b>	
Direito Processual do Trabalho	72
Direito Empresarial II	72
Filosofia do Direito II	72
Direito Ambiental	36
Elaboração de Projetos de Monografia	36
<b>Subtotal</b>	<b>288</b>
<b>10º Período</b>	
Tópicos de Direito Contemporâneo	72
Ética Geral e das Profissões Jurídicas	72
<b>Subtotal</b>	<b>144</b>
<b>Resumo</b>	
<b>Grade curricular</b>	<b>Horas/Aula</b>
<b>Total de horas/Aula</b>	<b>3312</b>
<b>Atividades Complementares</b>	<b>200</b>
<b>Atividades de Campo</b>	<b>120</b>
<b>Estágio supervisionado</b>	<b>300</b>
<b>Monografia</b>	<b>120</b>
<b>Total</b>	<b>4052</b>